

Consu determina mudanças nas regras para sucessão de reitor

Garantia de não identificação da origem dos votos e segundo turno com apenas dois candidatos são as principais alterações

A reunião do Conselho Universitário - Consu - realizada no dia 30 de setembro passado, discutiu e deliberou sobre as regras eleitorais para o processo de escolha do próximo reitor. As principais deliberações são as seguintes: garantia de não identificação da origem dos votos depositados nas urnas, que deverão ser misturados antes de serem contados, e segundo turno com apenas dois candidatos. A lista tríplice encaminhada ao governador do Estado será composta pelos três primeiros colocados do primeiro turno, obedecendo a ordem do segundo turno.

Os locais de votação serão os mesmos da eleição anterior (FCM, Campus Campinas, Piracicaba e Limeira). Colégio eleitoral continua indefinido.

A definição do colégio eleitoral ficou para a próxima reunião do Consu, a ser realizada em novembro, quando a Comissão que regulamenta o processo de consulta à comunidade para escolha de reitor, acrescida de

representantes de docentes, funcionários e estudantes, já deve ter discutido a questão.

Lei de Diretrizes e Bases

Outra resolução importante do Consu diz respeito ao prazo para que a Unicamp possa se adaptar à nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. O Conselho Nacional de Educação deu prazo de um ano, a contar de 13 de agosto passado, para que as universidades federais possam se adaptar.

A procuradoria jurídica da Unicamp interpretou que o prazo a ser cumprido pela Universidade seria até 20 de dezembro deste ano pois entendeu que a lei tinha aplicação imediata. No entanto, a bancada docente no Consu defendeu que este é o prazo que o Conselho Estadual de Educação tem para estabelecer as normas para que as universidades estaduais paulistas possam se adaptar à nova LDB.

Justamente por prevalecer a interpretação da bancada docente, o Consu retirou o item da pauta de discussão e deixou em aberto até que o Conselho Estadual de Educação se manifeste sobre o assunto.

Debate na Adunicamp sobre reforma agrária com José Pedro Stédile, do MST. Dia 17/10, às 10 horas, no auditório.

Consu aprova moção contra veto de Covas

Tentativa de mudança no regimento da Câmara Federal, durante a tramitação da PEC 33/96, também motivou envio de moção ao deputado Michel Temer e demais lideranças partidárias

O Consu aprovou moção solicitando ao governador Mário Covas que retire o veto dado ao Artigo 4º, Parágrafo 2º da Lei Orçamentária de 1998, que garante o repasse às universidades estaduais paulistas de 9,57% dos valores reembolsados pelo Governo Federal a título de compensação pelas perdas de receita promovidas pela desoneração tributária causadas pela Lei Kandir ao Governo do Estado. Segundo o autor da moção, o professor do Instituto de Economia e representante MS-5 no Consu, Maurício Coutinho, este é o momento oportuno para o encaminhamento desta moção uma vez que o projeto de lei está retornando à Assembléia Legislativa. "Aparentemente, tanto os deputados como o governador estão de acordo com este repasse, mas o veto ocorreu porque Mário Covas achou que a redação do artigo está ambígua. Se o problema está só na redação, não vejo problema em que seja negociado entre Legislativo e Executivo uma nova redação para a matéria", acredita Coutinho.

Em outra moção aprovada durante a reunião e encaminhada ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, o Consu manifestou sua preocupação em relação a eventuais modificações no regimento interno da Câmara Federal, conforme projetos de resolução dos deputados Inocêncio Oliveira e Luís Eduardo Magalhães, com o objetivo de permitir a apreciação de Propostas de Emendas Constitucionais sem a observância do rito ordinário atualmente previsto. Segundo o autor da moção, o professor do Instituto de Biologia e representante MS-6 no Consu, Mohamed Habib, o Governo quer aprovar o seu projeto de reforma da Previdência Social a qualquer custo e por isso, está tentando alterar o regimento durante o processo de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 33/96. "Este comportamento é anti-ético e anti-democrático. Se eles querem mudar as regras, tudo bem, mas não durante a partida", critica Mohamed. A moção também foi encaminhada para todas as lideranças partidárias da Câmara Federal.

Adunicamp

Em sua intervenção durante a reunião, o presidente da Adunicamp, Lino Castellani Filho, expressou sua preocupação quanto a lei do governo baiano que reestrutura as universidades estaduais daquele Estado, tanto no aspecto administrativo quanto acadêmico, em processo semelhante ao que ocorreu

com a Unitins/TO. A aprovação da lei gerou protestos da comunidade universitária e da oposição, uma vez que esse procedimento contraria negociação prévia das quatro instituições estaduais de ensino superior baianas - Universidade do Estado da Bahia, de Feira de Santana, do Sudoeste da Bahia, e de Santa Cruz - com o governador Paulo Souto, que comprometeu-se a discutir com a comunidade universitária qualquer proposta de mudança do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira dos Técnico-administrativos. O presidente da Adunicamp disse que o texto da proposta quebra a autonomia das universidades estaduais baianas, atinge os princípios democráticos das instituições estaduais de ensino superior, limita a expansão das universidades e impede a criação de novos cursos. Além disso, centraliza as decisões políticas, administrativas e acadêmicas no Conselho Administrativo, que é presidido pelo secretário de Educação daquele Estado, Edilson Freire, e composto majoritariamente por pessoas indicadas pelo governador. Segundo Lino Castellani, este é um grave precedente que pode vir a afetar futuramente outras universidades estaduais, inclusive as paulistas.

José Rainha

O presidente da Adunicamp também considerou uma vitória a transferência do julgamento de José Rainha de Pedro Canário para Vitória e agradeceu o empenho da comunidade universitária em diversas manifestações de apoio para que isso ocorresse. Lino Castellani também cobrou da reitoria providências quanto à vacinação contra sarampo da comunidade universitária com até 30 anos, a exemplo do ocorrido na Puc-Campinas recentemente.

Além disso, Lino informou aos presentes na reunião do Consu que já está circulando uma nova edição do Jornal Adunicamp, com mudanças na padronização gráfica e editorial, e falou do adesivo alusivo aos 20 anos da entidade que está sendo distribuído para todos os seus associados. Também lembrou do convênio firmado entre a Adunicamp e o Cine Paradiso, que criou uma sessão de cinema gratuita para os docentes associados, a partir de 16/10, às quintas-feiras, às 18 horas, no auditório da entidade e que também garante entrada franca (inclusive estacionamento) às sextas, nos filmes exibidos na sede do cineclube, localizado à rua Barão de Jaguará, 936, na região central de Campinas.

Cinema na **ADunicamp** a partir de 16/10.
Todas as 5^{as} feiras, às 18 horas, no auditório.

